VI Semana de História do Pontal
Sociedade, Cultura, Patrimônio
25 A 28 DE SETEMBRO DE 2018
V Encontro de Ensino de História
ISSN 2179-5665

Juventude e sexualidade: concepção e participação social

Laís Lima Aureliano
Graduanda em Serviço Social FACES/UFU

Carmem Lúcia Cruz Ravagnani
Professora do curso de Serviço Social FACES/UFU

Introdução

A pesquisa intitulada "Juventude Saudável: o trabalho interdisciplinar no ambulatório de Doenças Infecto-Contagiosa do Município de Ituiutaba- MG" diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso e integra o Programa institucional de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal de Uberlândia; encontra-se em andamento, e traz neste estudo um de seus objetivos específicos, identificar os fatores de risco que levam os adolescentes a serem vulneráveis as Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Para o alcance de tal objetivo, busca-se conhecer o objeto de estudo, a juventude, e como este segmento populacional construiu sua representação social, considerando os diversos contextos em que se insere, assim como a conjuntura política, social e econômica, condições essas que possibilitam identificar alguns fatores de risco às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

A partir da perspectiva de cidadania, considerados enquanto sujeitos direitos, procura-se compreender a relação deste público e o desenvolvimento da sexualidade, a partir dos movimentos sociais que ajudaram na conquista de direitos, e atenção das políticas de saúde para o público jovem, principalmente sobre a saúde sexual e reprodutiva.

A JUVENTUDE ENQUANTO SUJEITO SOCIAL

Uma primeira concepção que se faz de adolescência e/ou juventude é como a fase da vida entre a infância e o mundo adulto, caracterizada como um momento de transformações, desenvolvimento, seja ele psíquico, físico, social, cultural, sexual, entre outros. Todos esses

ISSN 2179-5665

elementos em construção fazem parte da identidade da pessoa, assim como achados da literatura: “a adolescência é uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase final de estruturação [...]” (OSÓRIO, 1992*apud* CANO; *et al*, 2000).

Contudo, no contexto em que estão inseridos esses jovens e fazendo questionamentos da sociedade em que vivem, tendendo a um considerado desvio de comportamento, que na maioria dos casos, para a sociedade, representa um ato de rebeldia. Em Peralva (2007) a reflexão sobre o desvio em relação à sociologia da juventude tradicional é

> Não por acaso, parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á da sociologia do desvio: jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a certo padrão normativo. (PERALVA, 2007, p.18)

Já Luís Antonio Groppo (2017) afirma que nas teorias tradicionais da juventude há uma perspectiva predominante de se pensar quase que biopsicologicamente, apenas como uma fase de transição para a vida adulta, sendo mais interessante o que viria a ser, do que esta fase em si. Dessa forma, o mesmo concorda com a autora acima ao relatar que

> É, em especial, no momento da juventude que os indivíduos correm o risco de desenvolver comportamentos anômicos, ingressar em grupos desviantes e protagonizar disfunções sociais: não à toa, ao lado da socialização, é a ‘delinquência juvenil’ o grande tema das teorias tradicionais da juventude (GROPPO, 2017,p.10).

A ordem moral e normativa é formada e seguida pela sociedade adulta a qual, ao deparar com ameaças de mudanças, inicialmente, não reage positivamente, tornando-se a juventude, por essa razão, não bem respeitada pela sociedade.

Groppo (2017) também afirma haver três teorias críticas da juventude, das quais, duas apresentam elementos psicanalistas, e consideram que a população jovem possui um caráter reformista na sociedade, já a última aponta ser revolucionária. Pois, as primeiras desconfiam dos grupos juvenis radicais, portanto não considera que tais ações dos movimentos, ainda que transformadoras, não obtêm poder de superação de uma sociedade em crise, apenas a reforme.

Enquanto a terceira teoria traz para a discussão a visão classista, identificando que não há uma homogeneização dos grupos de juventude. Pois, através dos estudos sobre cultura, tornou-se possível afirmar que grupos de classes populares, médias e altas são distintos, principalmente no que tange à classe trabalhadora, a qual representa ‘resistência por meio de

ISSN 2179-5665

rituais', isto é, em formato de cultura, socializam informações, possuem o papel educativo e formativo por meio da leitura que a juventude faz de sua realidade, e isto é reproduzido pelos meios de comunicação em massa com linguagem informal (GROPPO, 2017).

O mesmo autor também aborda as teorias sociológicas da juventude do movimento pós- critico seguintes, alegando que a partir de 1970 desenvolvem às teorias, em especial na literatura europeia e latina-americana. Estas relativizam e em algumas situações até negam a proposição original da sociologia da juventude, ou seja, aquela concepção de que a juventude se resume à transição para a vida adulta. De acordo com o autor

> Rompe-se com aquela expectativa criada na primeira modernidade, na qual a juventude findava com a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a união conjugal, a saída da casa dos pais ou responsáveis e a experiência de paternidade ou maternidade. Experiências mais ou menos simultâneas que marcavam a entrada na maturidade (GROPPO, 2017, p.11).

Nesse contexto, na concepção do autor contemporaneidade não há elementos que podem afirmar ser característico de uma única fase ou faixa etária, visto que, o autor afirma ser tempo de ritmo acelerado, no qual mudanças ocorrem rápido demais, e com isso perde-se a linearidade do processo de transição. No "caso do mundo contemporâneo: as transformações de ordem econômica, tecnológica, política e cultural são tão rápidas que impedem a cristalização de distintas identidades geracionais" (GROPPO, 2017). Não havendo um significado concreto para a separação de assuntos entre essas idades da vida, pois ambas convivem com os mesmos desafios e dilemas importantes.

JUVENTUDE E A SEXUALIDADE

A sexualidade na juventude/adolescência é um aspecto especial, pois nessa fase se inicia a puberdade. Contudo, dialogar sobre este tema nem sempre é possível devido às proibições socialmente construídas na sociedade ocidental. Philippe Ariès afirma que "uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e mais respeitosa de todas, exige que diante de crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais" (ARIÈS, 1981, p.75).

Contudo, o autor detalha em sua obra que, no século XVI, a compreensão de estranheza de a criança ter contato com a sexualidade não era conhecido naquela sociedade,

ISSN 2179-5665

evidenciando que se trata de um tema de ordem social, que fora construído historicamente e socialmente ao longo das gerações. Assim como também ocorre com a juventude, pois ela é uma "categoria social derivada da interpretação sócio-cultural da nossa sociedade" (GROPPO, 2004).

Os cuidados com a saúde sexual surgiram com a chegada de uma infecção sexualmente transmissível conhecida como Sífilis, a qual é uma doença transmitida por uma bactéria e o seu contágio ocorre por meio relações sexuais desprotegidas. No século XIX

> Os homens, por sua vez, foram considerados responsáveis pelo avanço da sífilis, surgida na primeira metade desse século e amplamente propagada com os bordéis. Dados como naturalmente infiéis, contaminavam seus cônjuges e, por isso, também foram alvo de normatizações médicas (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Dessa forma, iniciou-se o processo de rompimento com o moralismo e a sexualidade nesse momento é uma questão de saúde para que se tornasse possível a prevenção e a recuperação da saúde das pessoas. E foi no século XX que ocorreram os primeiros debates sobre a sexualidade, e a importância dos direitos sexuais e reprodutivos serem reconhecidos como direitos humanos, e dever do Estado em promover ações de saúde pública relacionadas à área (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

A partir de discussões e teorias relativas à sexualidade constrói-se a ideia de que "o seu exercício tem a ver com relacionamento humano, para além da genitalidade" (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015). Segundo estes autores, passa-se a reconhecer que necessidade, prazer e desejo são fatores distintos e por isso, tem-se a concepção de que o sexo é um fenômeno que envolve a existência do indivíduo. Encaminhando nesse sentido para a transformação de padrões sobre o tema, assim como ocorreram mudanças nos comportamentos sexuais, o que veio a refletir nas políticas internacionais e nacionais.

O marco legal sobre o tema surgiu com a Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), após a segunda guerra mundial, como alternativa e contratos de paz do pós-guerra. Os Direitos Humanos são universais, inerentes à condição de pessoa humana. E os direitos relacionados à sexualidade, que são os direitos reprodutivos, e posteriormente inserem-se os direitos sexuais, são direitos humanos

ISSN 2179-5665

fundamentais, segundo o Ministério da Saúde (2013), assim, o respeito a eles representa promover a vida em sociedade sem qualquer forma de discriminação.

No entanto, na realidade brasileira, a sociedade mostra-se resistente em abordar assuntos sobre sexualidade com adolescentes e jovens. (TIRAR = Os autores) Sfair, Bittar e Lopes (2015) apontam que no momento que se desenvolvia uma nova perspectiva do assunto, início do século XX, o Brasil tentou incluir nas disciplinas escolares a educação sexual, porém, instituições conservadoras da sociedade, como a igreja católica, foram mais intensas neste período e conseguiram impedir, principalmente com a chegada da ditadura (quando) o projeto foi recusado, entendido como imoral e desnecessário.

> Na década de 1970, debates e projetos legislativos voltados ao assunto ressurgiram. O movimento feminista brasileiro, influenciado pelo movimento nos Estados Unidos, lutava pela autonomia no campo da sexualidade e da reprodução. No Brasil, as lutas contra a ditadura inseriam, também, a luta por direitos civis e políticos e a discussão da sexualidade e da reprodução, reivindicando-se o direito de ter ou não ter filhos e uma relação de autonomia com os serviços de saúde (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015, p.624).

E por essa razão, entre outras, chega-se ao final do século XX com um enriquecido sistema normativo de proteção à criança e ao adolescente, os quais passam a ser vistos como sujeitos de direito, incluindo a saúde e educação pública de qualidade, assim como é garantido aos jovens à liberdade de lutar pelos seus interesses, e participar ativamente de políticas que os envolvem, garantindo assim sua cidadania.

A partir do tema em discussão, considera-se relevante identificar os fatores de risco que levam os adolescentes a serem vulneráveis as Infecções Sexualmente Transmissíveis a partir dessas concepções e referências teóricas da concepção dos autores sobre a fase da adolescência e a juventude. Nesse sentido, Bellenzani, Santos e Paiva (2012) afirmam que, do "ponto de vista científico, esses fatores são construções socioculturais, devido à circunstância histórica e social específica, marcadas por argumentações médicas, psiquiátricas, psicológicas, e por análises sociais que associam a ocorrência das ISTs ou gravidez na adolescente com a pobreza, baixa escolaridade e acesso restrito aos serviços de saúde" (BELLENZANI, SANTOS E PAIVA, 2012, p. 368).

ISSN 2179-5665

Em especial nos programas de enfrentamento às ISTs, de acordo com a pesquisa de Calazans (2006) revela que uma das atividades de saúde em que o jovem é protagonista em relação à saúde sexual é a educação entre pares, ela ocorre no aconselhamento pré e pós-teste anti-HIV. E sobre esta ação tem-se analisado duas vertentes para identificar os fatores de riscos às ISTs nos jovens, de acordo com a conduta do profissional de saúde.

> A primeira vertente centra-se na transmissão da informação e visa basicamente modelar comportamentos de risco com base no comportamentalismo. A segunda vertente, menos predominante e mais recente que a primeira, enfoca aspectos culturais, econômicos, políticos e morais que condicionam os comportamentos de risco com vistas a produzir uma resposta social capaz de transformar os contextos que favorecem tais comportamentos (CALAZANS; *et al*, 2006, p.22-36).

Essa atividade é fundamental para este grupo (Cano; *et al*, 2000) em razão da possibilidade de muitos adolescentes e jovens desacreditarem e até desconhecerem os riscos envolvidos em um ato sexual desprotegido. Apontando os autores que "muitos obstáculos culturais e emocionais ainda dificultam o trabalho de prevenção" às ISTs. Contudo é compromisso do profissional de saúde adotar estratégias para que os direitos sexuais e reprodutivos da pessoa não sejam violados, ou que haja discriminação do jovem pela infecção. Com isso, nota-se que modelar o comportamento dos jovens, não apresenta ser tão efetivo, quanto compreender os aspectos do indivíduo para posteriormente executar respostas a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto as diferentes compreensões de juventude e adolescência possibilitam visualizá-las em um contexto maior, para além das mudanças físicas e biológicas. Em teorias da sociologia, na qual o foco é a identidade de classe, pode-se notar que há uma heterogeidade deste grupo etário, não sendo uniforme no que tange a sua realidade social, comportamentos, interesses, necessidades, entre outros.

Conforme o contexto econômico, político e social em que esse segmento populacional está inserido é que profissionais da saúde podem identificar possíveis fatores de riscos de

ISSN 2179-5665

infecção por Infecção Sexualmente Transmissíveis. Sendo alguns deles, a descrença da transmissão, pobreza, baixa escolaridade e acesso restrito aos serviços de saúde.

Considerando que, em especial na juventude, o caráter transformador é uma das características apontadas pelos autores, torna-se de suma importância socializar informações para potencializar esse caráter e possibilitar sua participação em processos emancipatórios por meio das ações e políticas de saúde.

Ser sujeito de direito é consolidar estatutos, e independente de sua classe social ter a possibilidade de utilizar os equipamentos públicos de sua comunidade e, sobretudo participar ativamente das decisões que dizem respeito à sua saúde, seu desenvolvimento integral.

São concepções e perspectivas necessárias para que se torne possível visualizar uma juventude saudável, detentora de direitos sexuais e reprodutivos, juntamente com a articulação da família, Estado e comunidade para a construção de uma saúde preventiva e uma juventude participativa, na qual a sexualidade seja um tema a ser discutido de acordo com o seu desenvolvimento, sem qualquer forma de discriminação ou preconceito.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** Segunda Edição.LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro. 1981. 196p.

BELLENZANI, R.; SANTOS, A.O.; PAIVA, V. **Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família.** Saúde e sociedade. vol.21 n.3. São Paulo. 2012. p.637-650. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/10.pdf Acesso em: 30 de Set. de 2018.

BRASIL. Ministperio da Saúde. **Saúde Sexual e Saúde reprodutiva.** Cadernos de Atenção Básica, n 26. 2013. 293p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf Acesso em: 10 de Ago de 2018.

CALAZANS, G.; KISS, L.; CAPPELLINI, S.; SEQUEIRA, D.; VIEIRA, R.M.; FRANÇA JÚNIOR, I**. Plantões jovens: acolhimento e cuidado por meio da educação entre pares para adolescentes e jovens nos Centros de Testagem e Aconselhamento – CTA. Saúde e**

ISSN 2179-5665

Sociedade. São Paulo. v.15, n.1, jan-abr 2006. p.22-36. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2006.v15n1/22-36/pt Acesso em: 18 de Jul de 2018.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.das G.C.; GOMES, R. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico.**Rev.latinoam.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413 Acesso em: 20 de Out. de 2018.

GROPPO, L.A. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas.** Revista de Educação do Cogeime. A n o 13. n25. 2004. Disponível em: https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629 Acesso em: 20 de Set. de 2018.

_____. **Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude.** DESidades revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude. Universidade Federal do Rio do Rio de Janeiro. Disponível em: http://desidades.ufrj.br/featured_topic/juventudes-e-politicas-publicas-comentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/ Acesso em: 15 de Jul. de 2018.

SFAIR, S.C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais.** Saúde e sociedade. vol.24 n.2 São Paulo. 2015. 13p. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00620.pdf Acesso em: 23 de Ago. de 2018.

PERALVA, A. **O Jovem como Modelo Cultural.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16). Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154569por.pdf Acesso em: 07 de Jul. de 2018.